



AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXMO. SR. ADONIAS MONTEIRO

Conselheiro Relator

Ref: Processo nº 1054219 - Representação
Of. 1049/2020- SEC/2ª Câmara

ROGÉRIO PENA SIQUEIRA, devidamente qualificado nos autos, representado por seu procurador que esta subscreve, com instrumento procuratório em anexo (doc. IV), vem a ilustre presença de Vossa Excelência, apresentar, tempestivamente, **DEFESA**, mediante as razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas:

1 – DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme comprova o registro anexo (doc. I), a intimação foi recebida por meio do Ofício nº 1049/202 – Secretaria 2ª Câmara, via Correios, sendo o Aviso de Recebimento (AR) juntado aos autos na data de 15/02/2021 (2ª feira).

Considerando o prazo de **15 dias** concedido para resposta, mostra-se tempestiva a presente manifestação.

2 – DO CUMPRIMENTO DO ACORDO JUDICIAL ENTABULADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



O suplicante tomou posse na MGS em **19/04/2018** e buscou tomar ciência de todos os atos e procedimentos realizados até então; e acompanhou de perto o acordo homologado e objeto dessa demanda e seus desdobramentos até será exonerado/ destituído do cargo em **20/04/2019**.

Fez toda a gestão para que a incorporação da MGS e das responsabilidades firmadas no acordo fossem realizadas estritamente dentro do normativo legal não só vinculante pelo acordo, mas como também prevê o ordenamento jurídico pátrio.

A coordenação/administração do ora suplicante, sempre se deu de forma compartilhada com os demais membros da diretoria e apresentada sendo chancelada pelo conselho de administração da empresa e auditada pelos órgãos de controle interno e externo.

Sendo que os atos praticados como já referido antes, pelo ora suplicante, eram tomados após pareceres jurídicos emanados com os objetivos da empresa e com o que prevê o ordenamento jurídico pátrio vigente a época, e de acordo com o Estatuto Social da MGS.

Trazemos também abaixo o que compete o Diretor Presidente, cargo ocupado pelo suplicante:

SUBSEÇÃO I DO DIRETOR-PRESIDENTE

Artigo 21 – Compete ao Diretor-Presidente da Companhia, além de outras atribuições que lhe são conferidas pelo Conselho de Administração, pela Assembleia Geral, pela legislação ou por este Estatuto Social: I – administrar a Companhia e praticar, nos termos deste Estatuto Social, quaisquer atos que assegurem a realização dos objetivos da Companhia, podendo delegar competência executiva e decisória; II – prover pessoal adequado às necessidades da Companhia, fazer designações para cargos de recrutamento amplo e conceder funções gratificadas, observadas a legislação trabalhista e demais normas aplicáveis; III – fixar as atribuições do Diretor Vice-Presidente e dos demais Diretores, designando os seus substitutos nos casos de ausência ou impedimento temporários, ou, no caso de vacância desses cargos, redistribuindo as funções entre os membros remanescentes da Diretoria Executiva, até a investidura dos novos Diretores eleitos nos respectivos cargos; bem como estabelecer as denominações dos cargos dos demais Diretores;



Conforme é de conhecimento, em **04/05/2018** foi firmado, entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado, o Município de Belo Horizonte, a MGS e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (SIND-REDE BH), Acordo Judicial para regularização da situação das Caixas Escolares do Município de Belo Horizonte.

Este Acordo teve por finalidade encerrar a contratação, diretamente pelas Caixas Escolares, de serviços de empregados sem seleção pública, que atuavam em postos de serviços operacionais e administrativos nas escolas municipais, a exemplo de porteiros, vigias, serventes de limpeza, cantineiras e auxiliares de apoio ao educando.

O Acordo Judicial foi homologado em **11/06/2018** pelo Juiz da **21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte**, nos autos do processo **0103100-02.2000.5.03.0021**, e, portanto, possui força de decisão judicial. Nele foi determinado que a prestação dos serviços nas escolas municipais passaria a ser feita pela MGS, com alocação de pessoal aprovado em processo seletivo público.

Para viabilizar o período de transição sem descontinuidade do serviço, o Acordo previu a absorção pela MGS dos prestadores de serviço até então contratados pelas Caixas Escolares, para posterior substituição por aprovados em processos seletivos a serem realizados pela MGS.

Considerando que o suplicante foi destituído do cargo de Diretor-Presidente da MGS, em **20/04/2019**, conforme Ata da 229ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da MGS anexa (doc.II), esclarecemos que até a referida data foram tomadas todas as providências iniciais cabíveis para cumprimento do Acordo.

A primeira fase se constituía na migração dos trabalhadores das antigas Caixas Escolares para a MGS, com previsão no Acordo de expirar sua conclusão em **30/07/2019**, data em que o suplicante já não integrava mais os quadros da companhia.



3 – ESCLARECIMENTOS ACERCA DO CONTEÚDO DA REPRESENTAÇÃO:

No que tange ao objeto da Representação e aos apontamentos feitos pela CFAMGBH, pela CFAA e pelo Ministério Público de Contas, seguem as considerações específicas.

A MGS é empresa pública criada antes da Lei Federal nº 8.666/93 e se enquadra nos requisitos constantes do art. 24, inciso VIII da referida Lei. Portanto, a possibilidade de enquadramento da MGS na referida norma para fins de contratação por dispensa de licitação é legítima, uma vez que:

- a) o Município de Belo Horizonte é pessoa jurídica de direito público interno;
- b) a MGS é empresa pública integrante da Administração Pública Estadual. Foi criada em 1954 sob a denominação Companhia Federal de Imóveis e Construções, sendo posteriormente denominada Credireal Serviços Gerais e Construções S.A. A atual denominação decorre da Lei Estadual 11.406/94. Portanto, trata-se de empresa criada antes da vigência da Lei Federal 8.883/94, de 08/06/1994, que trouxe a versão normativa do atual dispositivo da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Conforme previsão legal, a MGS tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, inclusive de municípios. O rol de serviços previstos no art. 126 da Lei Estadual 11.406/94 é exemplificativo, no qual se inclui o objeto do contrato em questão. Segue transcrição (grifo nosso):

*Art. 126. A empresa pública Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS –, resultante do disposto no art.125 desta Lei, vincula-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, **em especial** nas seguintes áreas:*



- I - locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários;*
- II - administração de estacionamentos rotativos;*
- III - administração de condomínios;*
- IV - recuperação, manutenção e conservação de móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral;*
- V - conserto e manutenção de veículos;*
- VI - execução de serviços gráficos;*
- VII - administração de processos licitatórios e contratos administrativos;*
- VIII - transporte de valores, cargas e passageiros;*
- IX - fornecimento, revenda e administração de vale-transporte, vale-alimentação e outros tipos similares de vales;*
- X - administração e representação de ações trabalhistas"*

O fato de a MGS passar a atender também órgãos municipais e entidades federais em sua carteira de clientes em nada interfere na natureza e no objeto dos serviços prestados, que permanece em essência a mesma desde sua criação, qual seja, fornecimento de bens ou serviços à Administração Pública.

Sobre o tema da essência do objeto, já se posicionou este Egrégio Tribunal de Contas, por meio do Acórdão proferido em Sessão Plenária, de 31/03/1999, relativo ao Recurso de Revisão nº 492584, em que se reconhece a legalidade da contratação da MGS, por dispensa de licitação. Segue transcrição da ementa da decisão (doc. constante dos autos):

*"Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 492584, ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas, em Sessão Plenária, incorporado neste o Relatório de fls., à unanimidade, em dar provimento ao presente Recurso de Revisão, interposto a tempo e a modo, para considerar regulares o Contrato e o Termo Aditivo celebrados com a MGS Minas Gerais Administração e Serviços SA, com fulcro no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8666/93, com alterações posteriores, e a teor do disposto no art. 159, inciso I, do RITCMG, haja vista que restou demonstrado nos autos ser a MGS [...] sucessora da Credireal Serviços Gerais SA, sendo certo que a origem desta é anterior à vigência da Lei nº 8666/93, em atendimento ao requisito da restrição temporal, e que a MGS **mantém basicamente o mesmo objeto social da sua antecessora, fornecimento de bens ou serviços à Administração Pública** consoante a Lei nº 11.406, de 28.01.94*



(Estatuto Social), observando-se, ainda, a existência de compatibilidade entre o preço contratado e aquele praticado no mercado, impedido o conselheiro Murta Lages. Sala de Sessões do Tribunal de Contas aos 31 de março de 1999.” Relator Simão Pedro de Toledo.

Portanto, a **posição da área técnica resta superada pela decisão citada do Pleno do TCE** nos autos nº 492584. Ressalta-se que o próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é contratante de serviços da MGS por dispensa de licitação.

O **Tribunal de Justiça de Minas Gerais também confirmou em segunda instância**, nos autos da Ação Popular nº 1.0024.11.118329-9/001, a **legalidade da contratação da MGS pelo Município de Belo Horizonte** mediante dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal 8.666/93, art. 24, VIII. Segue trecho (grifo nosso):

PROCESSO: 1.0024.11.118329-9/001

EMENTA: AÇÃO POPULAR. **INEXISTÊNCIA DE PROVA DE LESIVIDADE AO ERÁRIO**. PRESSUPOSTO INDECLINÁVEL. PEDIDO POPULAR. SENTENÇA CONFIRMADA EM DUPLO GRAU.

“[...] A estrutura normativa de criação e modificação da empresa MGS atende às especificações constitucionais, e, segundo o art. 24, VIII, da Lei 8.666, de 1993, empresas públicas podem ser contratadas com dispensa de licitação se criadas anteriormente à vigência dessa lei.

*É certo que o art. 24 foi modificado pela Lei Federal n. 8.883, de 08.06.1994, mas a empresa MGS foi criada pela Lei Estadual n. 11.406, de 28/01/1994. Assim, a MGS pode ser contratada pela Administração estadual **e municipal** com dispensa de licitação. [...]*

7ª CÂMARA CÍVEL- Relator Des. Belizário de Lacerda

DATA DO JULGAMENTO: 06/11/2012

DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/11/2012

O **Ministério Público Estadual opinou pela legalidade da contratação da MGS pela PBH por dispensa de licitação**, tendo manifestado expressamente nos autos da Ação Popular citada, conforme registro no corpo do próprio Acórdão, a saber:



"A douta Procuradoria Geral de Justiça em parecer de fls. 319/323 opina pela integral manutenção da sentença de primeiro grau."

Ressalta-se que tal decisão encontra-se transitada em julgado, não cabendo mais recurso, conforme histórico de tramitação anexo (doc. III).

Portanto, tendo sido a matéria já tratada e esgotada no âmbito judicial e no Pleno do TCE, constata-se pela possibilidade legal de contratação da MGS pelo Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 24, VIII.

Outrossim, cabe informar que o Projeto de Lei nº 4.253/2020, aprovado pelo Senado Federal em 10/12/2020, ao estabelecer a nova Lei de Licitações e Contratos para a Administração Pública, atualiza em seu art. 74, inciso IX, a previsão de dispensa de licitação para contratação dessa natureza, afastando a exigência de criação da entidade contratada para finalidade específica antes da Lei Federal nº 8.666/93. Assim dispõe:

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado ou com os custos da entidade a ser contratada;

Nesse contexto, além de o Ministério Público de Minas Gerais e o Poder Judiciário já terem se manifestado em juízo que a MGS já atendia aos requisitos do art. 24, inciso VIII da Lei 8666/93, no novo regramento de licitações que em breve entrará em vigor essa discussão não terá mais cabimento, pois o requisito temporal da criação foi excluído do texto, estando a MGS sobre qualquer ângulo autorizada a firmar contratos com a municipalidade por meio de dispensa.

Quanto à alegação de nulidade **do Acordo Judicial** celebrado entre a MGS, o Município de Belo Horizonte, o SIND-REDE BH, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Estado, há de se ressaltar que o mesmo já foi **homologado em 11/06/2018 perante a 21ª Vara do**



Trabalho de Belo Horizonte, nos autos do processo 0103100-02.2000.5.03.0021 (doc. constante dos autos). Nesse contexto, o Acordo **possui força de decisão judicial transitada em julgado, não havendo que se falar de nulidade**. Tal previsão é inclusive matéria de Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, que assim dispõe:

“Súmula Nº 259 Termo de Conciliação – Ação rescisória. Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho.”

Remetemos também ao posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho, em sede de Recurso de Revista, com ementa a seguir transcrita (grifo nosso):

“TST - RECURSO DE REVISTA RR 6455280220005115555 645528-02.2000.5.11.5555 (TST)

Data de publicação: 20/08/2004

*Ementa: RECURSO DE REVISTA - COISA JULGADA - ACORDO HOMOLOGADO COM FORÇA DE SENTENÇA TRANSITADA E MJULGADO - SÚMULA Nº 259 DO TST. **Consoante orientação abraçada pela Súmula nº 259 do TST, somente por ação rescisória o acordo judicial homologado pode ser desconstituído.** Assim, havendo acordo homologado em processo anteriormente ajuizado com as mesmas partes e com a presença da tríplice identidade, **impõe-se o reconhecimento da coisa julgada.** No caso, o Regional não discriminou os direitos postulados numa e noutra ação trabalhista, de modo a possibilitar a verificação da inexistência da tríplice identidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da coisa julgada pelo juízo. Os arestos que trazem essa tese encontram óbice na Súmula nº 296 desta Corte. Recurso de revista não conhecido.”*

Quanto às alegações de direcionamento na contratação da MGS, mostra-se descabida tal colocação, uma vez que a determinação de contratação desta empresa pública consta do próprio Acordo Judicial (Cláusulas Segunda e Terceira), homologado pela Justiça do Trabalho, com força de decisão judicial.

Considerando que as partes signatárias do Acordo são legítimas para tanto, assim como a instância de homologação, o ajuste judicial é válido e somente poderia ser desconstituído por ação



rescisória, por respeito ao ordenamento jurídico, ao princípio da proteção da confiança e da separação de poderes.

Quanto aos exames laboratoriais, esclareço que os custos arcados pela MGS dizem respeito aos exames admissionais, realizados por equipe própria e por clínicas/laboratórios credenciados, em razão de obrigação legal prevista pela legislação trabalhista. Consta dos autos declaração advinda da Superintendência de Gestão de Pessoas da MGS, com o ateste correspondente.

No que se refere ao formato do processo seletivo previsto, este possui caráter público simplificado, amparado pelo Acordo Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Advocacia Geral do Estado e a MGS, datado de 01/09/2000, e homologado pela 21ª Vara do Trabalho em 19/04/2005, nos autos da Ação Civil Pública nº 21/01031/000, conforme cópia constante dos autos.

A regularidade da realização do processo seletivo público simplificado pela MGS é reconhecida pelo próprio Tribunal de Contas do Estado, conforme Acórdão proferido no Processo nº 1007539, com trecho a seguir transcrito (grifo nosso), já constante dos autos.

“O Ministério Público junto ao Tribunal, no Parecer de fl. 83/85v e 344/345v, ressaltou o posicionamento desta Corte de Contas, nos autos n. 696.103, que possibilitou a contratação de empregados públicos pela MGS por meio de processo seletivo público simplificado em conformidade com o acordo celebrado entre a MGS e o Ministério Público do Trabalho.

Diante do exposto, considerando o citado acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho que autorizou a MGS a realizar processo seletivo público na forma simplificada, o que, em outras palavras, fez lei entre as partes, com a chancela do Poder Judiciário, mais, corroborando com o entendimento da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao Tribunal, considero a denúncia improcedente sobre este aspecto.” Relator: Conselheiro Sebastião Helvécio.

Cabe ressaltar que esse formato de seleção atende aos princípios da publicidade, transparência, contraditório, universalidade, reserva de vagas a pessoas com deficiência, sendo



constituído de provas e títulos. As informações relativas às seleções estão contidas no endereço eletrônico da MGS (www.mgs.srv.br).

4 – CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, ficam apresentados os esclarecimentos solicitados ao suplicante, ocasião em que solicitamos a declaração de improcedência da Representação e seu consequente arquivamento.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

JOSÉ VALTER GOMES VIEIRA

ADVOGADO

OAB/ES 21.911

Relação de documentos anexos:

- I - Cópia do registro de recebimento do Ofício nº 1049/2020 – SEC/2ª Câmara;
- II – Ata da 229ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da MGS - destituição do cargo de Diretor-Presidente;
- III - Histórico de tramitação e Acórdão proferido na Ação Popular nº 1.0024.11.118329-9/001.
- IV – Procuração e RG